



24^o Congresso Brasileiro de
PERINATOLOGIA
de 26 a 29 de setembro de 2018
Natal • RN

Trabalhos Científicos

Título: Prevalência De Casos De Sífilis Gestacional No Estado Do Rio Grande Do Norte: Análise Dos Últimos 10 Anos

Autores: PAULA YNDIHANARA MONTEIRO ANDRADE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)), NIVIA MARIA RODRIGUES ARRAIS, RENACKSON JORDELINO GARRIDO, FABIANA ARISTON FILGUEIRA, SARAH DE LIMA ALLOUFA DA SILVEIRA

Resumo: Introdução: A sífilis gestacional (SG) é causada pela infecção da mulher gestante pelo *Treponema pallidum*, podendo ocasionar abortos, óbitos neonatais, neonatos enfermos ou assintomáticos, os quais evoluem com complicações graves quando não tratados. Objetivos: Verificar a taxa de prevalência de SG e as características epidemiológicas maternas em um estado brasileiro entre 2007 e 2016. Métodos: Estudo ecológico e descritivo, realizado por coleta das notificações de SG registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação. As variáveis analisadas foram: casos de SG, escolaridade, raça, faixa etária, zona de residência, regional da saúde e classificação clínica. Calculou-se as taxas por total de nascidos vivos, considerando os nascimentos de cada ano no denominador. O trabalho respeita as normas de resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012 por ser um banco de dados de domínio público. Resultados: A prevalência total de SG foi de 3,99 a cada 1000 recém-nascidos vivos. A taxa em 2007 foi de 2,95, apresentando-se predominantemente crescente ao longo dos anos e com pico máximo de 6,21 em 2016. Os casos ocorreram na sua maioria em mulheres com menos de oito anos de estudo (23,24), raça parda (59,22), na faixa etária entre vinte e trinta e nove anos (70,86), residentes na zona urbana (80,42), sendo 56,05 na região metropolitana de saúde. Sobre as fases da doença: a maioria (44,65) estava na fase primária, 9,87 na fase latente, 6,01 na terciária e 5,48 na fase secundária. Conclusão: Traçar o perfil de prevalência da SG por meio da vigilância epidemiológica possibilita o melhor entendimento do comportamento da doença nesse Estado, o que permite a adoção de medidas que visam controlar, tratar e prevenir a transmissão vertical. Portanto, é necessário investir na saúde pública para ampliar o acesso ao pré-natal de qualidade, facilitando a realização do exame diagnóstico e do tratamento adequado.